

Complexo viário em Nova Lima é reprovado pelo IEF

% MOBILIDADE Instituto Estadual de Florestas considerou que projeto apresentava intervenções na área interna da Estação Ecológica do Cercadinho; município já firmou parceria com Prefeitura de BH para obras

JULIANA GONTIJO

As obras viárias em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), localizadas no limite com a capital mineira e que têm como objetivo resolver os engarrafamentos na região, devem demorar para serem iniciadas. O motivo é que o Instituto Estadual de Florestas (IEF) rejeitou o projeto da Prefeitura de Nova Lima, que compreende a implantação de um viaduto em formato de ferradura para a ligação da MG-030 à BR 356, no sentido Rio de Janeiro, com a implantação de uma faixa adicional na BR-356.

Em nota, o instituto informou que a Prefeitura Municipal de Nova Lima solicitou o desarquivamento do processo de intervenção em março deste ano. Entretanto, a solicitação foi indeferida com base na Lei Estadual nº 18.042/2009, uma vez que o projeto apresentava intervenções na área interna da Estação Ecológica do Cercadinho.

“Dessa forma, a Prefeitura de Nova Lima foi orientada a apresentar novo processo, contendo as coordenadas das intervenções que planeja realizar para implantação da alça viária, para que o IEF possa verificar a interferência na unidade de conservação”, diz o instituto em trecho da nota. E acrescentou que, até o momento, o Instituto Estadual de Florestas não recebeu formalização de novo processo.

Também por meio de nota, a Prefeitura de Nova Lima informa que está “em andamento a adequação do projeto para a implantação da obra da Ferradura, especialmente no que tange à compatibilidade das coordenadas das intervenções para a implantação da alça viária”, conforme solicitado pelo órgão estadual.

O Executivo municipal ressalta que, inicialmente, o entendimento era de que a área desafetada na Estação Ecológica do Cercadinho, com base em um projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, já contemplava toda a área necessária para



Projeção aponta como ficaria viaduto em forma de ferradura para ligação da MG-030 à BR-356 FOTO: DIVULGAÇÃO / CC PNL

as obras. No entanto, após reuniões técnicas de trabalho, o IEF identificou a necessidade de realizar ajustes adicionais.

“Continuamos empenhados e dando total prioridade para agilizar os processos o mais breve possível. Uma vez iniciada, a estimativa é de cerca de 12 meses para a execução da obra, que terá um valor total de R\$ 60 milhões”, diz a prefeitura em trecho da nota.

Parceria entre prefeituras - Foi em março deste ano que as prefeituras de Belo Horizonte e Nova Lima anunciaram a realização de um complexo de obras viárias no limite dos dois municípios para resolver os problemas de trânsito na região. Juntas, as duas cidades investirão R\$ 200 milhões, conforme divulgado pelo Diário do Comércio.

Na ocasião, a previsão era que as obras do projeto que contempla a implantação do viaduto em formato de ferradura fossem iniciadas em 90 dias, ou seja, poderiam acontecer ainda no primeiro semestre deste ano. Com a reprovação do projeto pelo IEF, o início das intervenções será postergado.

% MINERAÇÃO

TJMG derruba autorização na Serra do Curral

LEONARDO LEÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) derrubou, na última terça-feira (18), a liminar que permitia a Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) operar na Mina Granja Corumi, na Serra do Curral. A decisão do desembargador Jair Varão atende a um recurso da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A retirada de minério na região havia sido retomada na semana passada, após decisão liminar da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte favorável à ação. Antes disso, as operações chegaram a ser interditadas pela PBH no mês passado por suspeita de operação irregular.

Na decisão de terça-feira, Varão destaca os riscos que a retirada de minério no local pode causar. “O perigo de dano se mostra patente diante da permissão para que a empresa mineradora retome suas atividades de exploração em área objeto de tombamento o que poderá causar graves e, possivelmente, irreversíveis prejuízos ao patrimônio ambiental”, avalia em um trecho do documento.

Em seu recurso ao TJMG, a prefeitura destacou o fato de a Serra do Curral ser um dos principais marcos geográficos da cidade de Belo Horizonte, além de ser objeto de diversos instrumentos de proteção editados nas esferas municipal, estadual e federal. Ainda ressalta que toda a extensão da serra no território da Capital está tombada e, portanto, “são vedadas quaisquer intervenções na área que

possam implicar em sua descaracterização ou mutilação”.

A PBH ainda defende que o impacto ambiental da atividade realizada é evidente, sendo noticiado pela imprensa e denunciado por moradores da região. Alguns relatos falam a respeito do funcionamento da mina durante 24 horas por dia e com alto tráfego de caminhões carregados de minério circulando nos bairros da região.

Além disso, ela também defende que a fiscalização realizada no local decorreu da existência de indícios de irregularidades na atuação da Empabra, como a extrapolação de medidas emergenciais inicialmente recomendadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e autorizadas pelos órgãos ambientais do Estado.

O TJMG afirma que existem fatos controversos quanto à regularidade da atuação na área. Também relata que não houve consultas aos órgãos municipais para aprovar as atividades realizadas pela empresa mineradora no local, “não havendo licenciamento ambiental para a atividade exercida”.

De acordo com o recurso da PBH, não houve a apresentação de documentos que comprovem a regularidade das atividades desenvolvidas na mina em nenhuma das visitas realizadas pelos agentes municipais.

A reportagem tentou contato com a Empabra para que a mineradora pudesse se posicionar, mas não obteve retorno. %

Outra obra de responsabilidade do município de Nova Lima é o alargamento da alça de ligação da BR-356 com a MG-030, no sentido Nova Lima, além da adequação da largura do vão do pontilhão da linha férrea. Esta será a última intervenção a ser iniciada.

No total, a parceria entre os dois municípios contempla quatro obras de intervenção nas imediações do BH Shopping com previsão de serem concluídas em dois anos e meio. Duas obras serão de responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte e duas pela administração de Nova Lima. %



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal. Acesse também através do QR CODE ao lado.

INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAUDE – AVANTE									
CNPJ: 03.893.350/0001-12									
Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2023					
(Valores em reais)				(Valores em reais)					
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalente de caixa		6.734.509	11.064.036	Receita bruta de doações		420.339.310	235.785.198		
Clientes		37.117.436	8.776.579	Subvenções		420.339.310	235.796.235		
Creditos contenciosos		-	1.254.244	Receita bruta					
Total do ativo circulante		43.851.945	21.094.859	Receitas / (Despesas) operacionais					
Não Circulante				Despesas com pessoal		94.244.737	52.868.132		
Imobilizado/imobilizações		1.099.556	1.053.314	Despesas administrativas		2.476.041	1.388.976		
Creditos contenciosos		19.650	-	Despesas com Operações		309.498.617	178.067.549		
Intangível		40	40	Despesas financeiras		98.870	55.463		
Total do ativo não circulante		1.119.246	1.053.354	Total das Receitas / (Despesas) operacionais		406.318.266	232.380.120		
Total do ativo		44.971.191	22.148.213	(Déficit) / Superávit antes do resultado financeiro líquido		14.021.044	3.416.115		
				Resultado do exercício		14.021.044	3.416.115		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2023	31/12/2022	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Circulante									
Fornecedores		1.233.205	-	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2023					
Obrigações sociais		24.522.473	6.257.012	(Valores em reais)					
Obrigações tributárias		111.480	342.247			Patrimônio Social	Resultado acumulado	Total	
Total do circulante		25.867.158	6.599.259	Saldo 31 de dezembro de 2022		-	-	11.821.127	
Não Circulante				Ajustes exercícios anteriores		-	(10.465.978)	-	
Imobilizado de convênios		1.240.818	1.240.817	Superávit período		14.021.044	-	-	
Repasse de projetos a realizar		2.487.022	2.487.010	Saldo 31 de dezembro de 2023		-	-	15.376.193	
Total do não circulante		3.727.840	3.727.827	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
Patrimônio Líquido		15.376.193	11.821.127	DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2023					
Patrimônio social				(Valores em reais)					
Resultados Acumulados		1.355.149	9.044.277	Demonstração do Fluxo de Caixa		ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		14.021.044	3.416.115	Atividade gerada pelo fluxo de caixa		Valores recebidos de Clientes			
Resultados Abrangentes		-	478.671	Fluxo de caixa antes de itens extraordinários		Valores pagos a fornecedores			
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	160.594	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		Valores pagos a credores			
Total do passivo e do patrimônio líquido		44.971.191	22.148.213	Atividades de investimento		CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES			
				Compras de imobilizado		Tributos pagos			
				Atividades de financiamento		FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS			
				Redução nas disponibilidades		Outros recomentos (pagamento) líquidos			
				Disponibilidades - NO INÍCIO DO PERÍODO		CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
				Disponibilidades - NO FINAL DO PERÍODO		ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
						Compras de imobilizado			
						Atividades de financiamento			
						Redução nas disponibilidades			
						Disponibilidades - NO INÍCIO DO PERÍODO			
						Disponibilidades - NO FINAL DO PERÍODO			
						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
NOTAS EXPLICATIVAS ADEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023									
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
Fundado em junho de 2000, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social, é uma associação civil sem fins lucrativos que desenvolve ações com o objetivo de promover e garantir o acesso aos direitos fundamentais e humanos. Em junho de 2015, o AVANTE foi qualificado como Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei 14.870/2003.									
O AVANTE executa em torno de programas de políticas públicas em parceria com o Governo Federal, Estadual e Municipal.									
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS									
O Instituto está apresentando o conjunto de suas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e conciliando o patrimônio líquido iniciado em 01/01/2023.									
2.1. BASE DE PREPARAÇÃO									
A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, e também através da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. BASE DE MENSURAÇÃO - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.									
B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO - Conforme definição da NBC TG 1000, Seção 30, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.									
C) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Associação não apurou transação que envolva registro em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.									
D) PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS - Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais estimativas realizadas pela Administração, buscando reduzir riscos de perdas. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderia causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.									
2.2. ATIVOS E PASSIVOS MONETÁRIOS - Os ativos e passivos monetários não circulante, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a									